

O Tema do 'Contratado' na Literatura Caboverdiana: génese e variações

Cristina Pacheco

Resumo. O presente artigo pretende—através de uma breve apreciação do contexto sócio-económico e literário de Cabo Verde, sobretudo entre os anos 30 e 60, e dos motivos que contribuíram para o aparecimento do fenómeno da contratação de caboverdianos para o trabalho nas roças de S. Tomé e Príncipe—analisar a importância da introdução desta temática, e seu(s) respectivo(s) tratamento(s), na Literatura Caboverdiana.

Em Março de 1936, data da publicação do primeiro número da revista “Claridade,” na cidade do Mindelo, ilha de S. Vicente, regista-se o início de uma actividade literária conjunta no Arquipélago de Cabo Verde, isto é, uma produção mais ou menos sistemática, levada a cabo por um grupo de escritores em torno de um ideário expresso e comum, quer por colaboração directa na revista quer pela edição de textos (narrativos, poéticos, ensaísticos) que, ainda que editados individualmente, se foram inserindo no âmbito de um mesmo projecto global. Tais factos legitimam, pois, a designação atribuída a esses escritores: “Geração da ‘Claridade.’”

Independentemente de sabermos que existira, antes de 1936, uma incipiente e dispersa produção escrita em Cabo Verde—da autoria de, entre outros, Pedro Cardoso, José Lopes e Eugénio Tavares—, importa vincar que é aos “claridosos” que justamente se reconhece um estatuto de pioneirismo, no que se refere ao intuito de criar uma literatura que representasse a vivência e as contingências típicas locais,¹ bem diferentes das da Metrópole e daquelas que afectavam as, ao tempo, outras colónias portuguesas. E é assim que, nos

textos de Jorge Barbosa ou de Manuel Lopes ou ainda de Baltasar Lopes/Osvaldo Alcântara, os três pilares da geração, surpreendemos os alicerces da cosmogonia caboverdeana: a dispersão insular, as secas prolongadas, a escassez e pobreza da terra, o isolamento, a onnipresença do mar, a luta quotidiana pela sobrevivência e, consequentemente, os apelos ou a necessidade de Evasão, de Partir, em permanente conflito com o amor telúrico e quase sacralizado que o caboverdeano nutre pelo seu 'pedacinho de chão,' a que, de um modo tão esforçado, dedica o seu duro e persistente trabalho diário. Por isso é um Homem estóico, firme, resistente, íntima e exteriormente religioso, apegado às tradições, à família, aquele que perpassa pelas páginas dos 'claridosos'; mas também sonhador, ansiando por novos horizontes, sentindo muitas vezes o apelo irresistível do mar, veículo de (e para) outros mundos, mesmo que, por vezes, esse mesmo mar seja visto como elemento castrador de movimentos, já que, naturalmente, transforma o caboverdiano em prisioneiro na sua própria ilha. A comprová-lo, atente-se nos seguintes versos de Jorge Barbosa:

Ai o mar
que nos dilata sonhos e sufoca desejos!

Ai a cinta do mar
que detém ímpetos
ao nosso arrebatamento
e insinua
horizontes para lá
do nosso isolamento!

(Convite da viagem apetecida
que se não faz.)

Um dos aspectos mais característicos da Literatura Caboverdiana, abordado quase até à exaustão por críticos e estudiosos, é a questão do Evasionismo e das diversas vertentes de que se reveste. De facto—e sem querermos esmiuçar tal problemática, embora nos seja imprescindível referi-la, dado a temática que nos propomos tratar—, é bem perceptível, quer na prosa quer na poesia, o drama principal do caboverdiano que, sentindo as suas raízes presas à terra, não consegue impedir-se de imaginar o que estará para além do mar. Terra e Mar moldaram-no desde sempre e, dado que o seu sustento lhe

não é garantido pela terra, que é pobre, seria inevitável que começasse a pensar que o caminho, único, a proporcionar-lhe uma real melhoria das condições de vida estivesse na saída dessa terra, que o mesmo é dizer pela emigração; esse caminho para a saída só poderia ser marítimo. Tal drama existencial, constantemente reiterado em diferentes textos literários, faz da literatura caboverdiana um dos melhores exemplos universais de “literatura insular,” o único no âmbito das literaturas africanas de língua portuguesa (já que o tópico literário da ‘insularidade’ se encontra praticamente ausente da literatura santomense, o outro espaço colonial geograficamente insular).

Voltando à questão evascionista, impõe-se, agora, que distingamos pelo menos duas linhas que foram sendo desenvolvidas pela Literatura—reflexo, em graus de aproximação diversos, da realidade de Cabo Verde—e que ainda não deixámos nítidas. A primeira prende-se com o sonho de partir, decorrente das agruras vivenciais experimentadas pelos caboverdianos, sonho esse que, actuando como paliativo ou “refúgio,” pode nunca vir a realizar-se. A segunda linha ilustra a emigração concreta, efectuada por muitos, com as implicações práticas e psicológicas que daí advêm. Por outras palavras: uma coisa é o desejo, algo difuso e atópico, de partir para melhorar de vida ou conhecer outros lugares; outra, muito diferente, é emigrar de facto, para trabalhar num destino pré-estabelecido. Aqui chegados, parece-nos importante transcrever algumas passagens da comunicação apresentada por Luís Terry, em 1959, intitulada “O problema da emigração cabo-verdiana”²:

É altura de novamente fazer o ponto e repor a rota do trabalho na matéria concreta do emigrante cabo-verdiano. A primeira pergunta que ocorre, após se ter averiguado da razão por que emigra—e essa é de carência económica estreme, quase primária—, é: para onde emigra? Sabemos que se orienta para a América do Norte e para as Américas latinas, preferentemente para a Argentina e Brasil; emigra ainda para a África Francesa, de preferência Dacar. Últimamente tem ido como serviçal para S. Tomé, em regime de contratado, o que quer dizer que regressa, embora possa ser contratado novamente.

Destes casos é forçoso eliminar para o futuro a América do Norte, pois que para aí as possibilidades estão quase esgotadas. Em Providence e New Bedford, no estado de Massachussets, vivem numerosos cabo-verdianos, muitos deles já aí nascidos, mas mantendo os hábitos sociais e até o dialecto das ilhas de origem. [...] Também não interessa, como já se disse, o caso do Brasil, pelas restrições que esse país tem imposto. Quanto a Dacar, é admissível que as circunstâncias venham a

piorar com as alterações do estatuto político aí operado. Importa, por conseguinte, restringir o exame ao caso de S. Tomé [...].

Eis, pois, num excelente resumo de Luís Terry, o ponto da situação que, em 1959, era possível fazer acerca dos destinos de emigração escolhidos pelo caboverdeano.

Relegando para mais tarde o testemunho que o surto emigratório para S. Tomé haveria de deixar nas páginas literárias (propósito final deste artigo), começaremos por verificar—para melhor contextualizarmos, depois, essa ocorrência—quais os vestígios que os outros lugares de emigração deixaram na literatura.

Sem pretendermos ser exaustivos, quase nos apetece afirmar que as referências à emigração aparecem desde o início da literatura caboverdiana. Com efeito, elas podem ser detectadas em alguns dos primeiros textos dos escritores da “Claridade,” apesar de neles surgir, com mais nitidez, a tónica colocada no sonho difuso da evasão (o que motivou algumas críticas por parte das gerações literárias seguintes, que se ativeram, sobretudo, à poesia de Jorge Barbosa—que apelidaram depreciativamente de “barbosianismo”— e ao poema “Itinerário de Pasárgada,” de Osvaldo Alcântara).

Ora, como dizíamos, quer os ‘claridosos’ quer os escritores que, a partir de 1944, estiveram na base da criação da revista “Certeza”—uma nova Geração cuja escrita revela, pela primeira vez em Cabo Verde, uma influência assinalável da ideologia marxista—, quer ainda os autores que lançaram o chamado “Suplemento Cultural” (em 1958), todos abordaram ou trataram especificamente a realidade emigratória dos caboverdianos, ainda que com perspectivas e tratamentos diferenciados. De facto, os ‘claridosos’ não terão feito mais do que deixar apontada a existência dessa realidade; enquanto que os homens da “Certeza” e os do “Suplemento Cultural” focalizaram ideologicamente o problema, vendo-o não apenas como decorrente das condições climatéricas e geográficas do Arquipélago mas, acima de tudo, como consequência da sua situação de colónia, abandonada e/ou explorada pela administração portuguesa que, entre outros factos, deixara decair completamente uma das principais fontes de riqueza das ilhas crioulas, a saber, o Porto Grande, de S. Vicente. Repescando um pouco ao acaso, seguem-se, pois, alguns excertos de poemas que demonstram como Jorge Barbosa, Manuel Lopes, António Nunes, Gabriel Mariano, glosaram o referido tema. Começemos por Jorge Barbosa:

[...] *Americanos* que chegam...
 Na balbúrdia do cais
 há lágrimas de alegria
 fugidios cristais
 iluminando os olhos das mulheres...

Foguetes
 estalam no ar por toda a Brava
 contagiando a harmonia
 de cores
 e de flores
 da gracilima paisagem.

E depois... lá vão
 outra vez,
 tristonhos, os emigrantes...

: América! Mar largo!

Amores distantes,
 saudades crioulas
 das mornas de Eugénio!...

Jorge Barbosa (poema “Ilhas,” *Arquipélago*, 1935)

A palavra “americanos,” grafada em itálico, refere-se, é claro, aos emigrantes caboverdianos que, talvez vindos de férias, visitam as respectivas famílias, regressando novamente para a América, tal como se deduz pela sequência poética. Também no início do poema “Irmão,” todo ele assente no dialo-gismo, Jorge Barbosa evoca o grande número de caboverdianos que, contratados por baleeiros dos Estados Unidos, neles prestavam serviço, fixando-se, depois, na América : “Cruzaste Mares / na aventura da pesca da baleia, / nessas viagens para a América /de onde às vezes os navios não voltam mais.” (Ambiente, 1941).

O caso do escritor Manuel Lopes é, a nosso ver, dos mais interessantes no que a esta temática diz respeito, até porque, ao escolher para um dos seus livros de poesia o título *Poemas de quem ficou* (1949)—onde, aliás, inclui um

texto poético de título idêntico—, prefere enaltecer os que não emigraram, sem fazer referência, a não ser por omissão e contraste, àqueles que partiram. Esta mesma opção, vamos também encontrá-la naquele que é, quanto a nós, o seu mais belo romance, *Chuva Braba*, editado uns anos mais tarde (1956), e cujas características estéticas se filiam no mais puro neo-realismo, ainda sem tendências marxistas. Nele, o conflito sentido pela personagem principal, Mané Quim, entre partir e ficar, constitui o núcleo de todo o desenrolar da acção que, à medida que vai progredindo, mais acentua a criação da personagem como a de um caboverdiano-tipo. No caso deste romance, a hipótese de Mané Quim partir para o Brasil (e não um Brasil qualquer, mas Manaus, a principal cidade da Amazónia) é-lhe oferecida pelo seu padrinho Joquinha, lá emigrado há anos, que lhe pinta um vivo contraste entre as condições de vida em Cabo Verde (no romance, ilha de Santo Antão)—onde a vinda das chuvas ameaça nunca se concretizar, jogando na miséria e no recurso às hipotecas de terras todos os que delas dependem para sobreviver—e a prosperidade fértil que aguarda todos os que como ele, Joquinha, decidem emigrar. Os argumentos do padrinho, perante as circunstâncias, parecem ser muito fortes; mas não para o jovem Mané Quim, demasiado preso à sua horta, à mãe e à rapariguinha que ama, sofrendo, por isso, hesitações e dilemas que o levam a procurar opinião e conselhos, os quais, por tão variados, apenas lhe aumentam a própria ansiedade em vez de o ajudarem a resolver-se. Do seu complexo drama se alimenta, como dissemos, todo o romance, cujo desfecho ficará a dever-se à vinda da tão desejada chuva ‘braba.’ A nosso ver, esta é a obra que mais claramente se ocupa da problemática da emigração no seio dos autores da “Claridade,” sendo nítida a tomada de posição do narrador pela hipótese de ‘ficar,’ uma das razões pelas quais terá merecido um especial destaque no ensaio “Consciencialização na Literatura Caboverdiana,”³ de Onésimo Silveira (pertencente à geração do “Suplemento Cultural”), texto que viria a tornar-se tão polémico.

Já da geração seguinte, a da “Certeza,” o poeta António Nunes deixa expressos, no seu belíssimo texto “Terra,” os principais destinos de emigração do caboverdiano—“Nha Chica, conte-me/ aquela história/ dos meus irmãos/ hoje perdidos/ no mundo grande/ (...) Lisboa, América/ Dakar ou Rio/ - dentro de nós/ surge esta ideia/ partir! partir! [...]” —, bem como a confissão de fé num futuro diferente: “[...] Olho estes campos,/ olho estes mares/ e sinto a Vida/ prendida à terra[...].”

De Gabriel Mariano, implicado na publicação do único número do

“Suplemento Cultural,”⁴ aqui ficam excertos do poema “Carta de Longe” (do volume *12 Poemas de circunstância*, editado na Praia, em 1965):

Carta de longe lembrando
a dispersão dolorosa.
Carta de Boston América
de Jorge Pedro Barbosa.

[...] Tinha Brasil Argentina
tinha Dakar-Senegal.
América vinha primeiro
já nos obscuros caminhos.

Já nos obscuros caminhos
da encruzilhada inicial
já insinuando por perto
Brasil Dakar-Senegal.

Tinha Guiné Moçambique
Angola veio e depois
Macau Timor Venezuela
Goa Brasil São Tomé [...]

A passagem pela poesia de Gabriel Mariano coloca-nos, finalmente, na rota que pretendíamos seguir, isto é, os reflexos que conheceu, na Literatura, a emigração do caboverdiano para São Tomé. Todavia, antes de o verificar, necessário se torna esboçar alguns dados contextuais relativos a este tipo particular de emigração.

O Arquipélago de S. Tomé e Príncipe teve, para Portugal, uma enorme importância económica, sobretudo pelas suas potencialidades agrícolas, dada a fertilidade do solo e o seu privilegiado clima, equatorial. Foi a partir do século XIX, com a introdução das culturas do café e do cacau—e este viria até a ser reconhecido como o melhor do mundo!—, que começou uma nova vaga de exploração colonial nas ilhas.⁵

Ora, com a abolição da escravatura e a atitude da maioria dos santomenses, que por razões várias (internas ao arquipélago), se recusou a trabalhar nas grandes ‘roças,’ quase todas nas mãos de proprietários coloniais, a Admi-

nistração Portuguesa resolveu socorrer-se de mão-de-obra colhida nas suas outras colónias africanas, dando-se, assim, início a um fluxo constante de emigração forçada. Não sabemos ao certo quando terá começado a ida de trabalhadores de Cabo Verde para as roças, embora possamos afirmar que nos anos 20 existiam caboverdianos a trabalhar em S. Tomé, informação que colhemos de uma obra de Carlos Benigno da Cruz⁶; mas é de supor—até pelas palavras que já transcrevemos da conferência de Luís Terry—que esse surto se terá adensado a partir dos anos 40 deste século, uma vez que, por essa altura, já os tradicionais destinos de emigração dos caboverdianos se encontravam quase inatingíveis.

Regressando à conferência de Luís Terry, vejamos algumas das suas constatações e conselhos, concernentes a este especial caso:

[...] a mão-de-obra extra-insular em S. Tomé tem algo de chocante.

Aquela província necessita, para uma boa valorização das suas riquezas em cacau, café e coconote, de cerca de 25.000 serviçais, e para os ter importa desde há muito de Moçambique, Angola e ultimamente de Cabo Verde. (...)

[...] O recrutamento dos trabalhadores em Cabo Verde é indiscriminado; mais adequado seria dizer que é feito ao contrário, pois o vadio ou desempregado das cidades é o que menos se presta para o trabalho das roças. Habituação aos pequenos trabalhos de carrego, de transporte, de construção civil; viciado pela vida da cidade e habituado aos prazeres fáceis; portador de certos hábitos de vida e comportamento, sente-se completamente deslocado nos trabalhos agrícolas, que realiza mal e com descontentamento. A mudança do clima, que em S. Tomé é muito mais violento; a diferença da dieta a que se tem de sujeitar; a disciplina de trabalho ordenado que tem de aceitar e a saudade dos que deixou ao partir vão lentamente minando a sua disposição. Algumas vezes, quando compara a sua própria educação e cultura com a dos capatazes sob cujas ordens directas trabalha, não pode deixar de se sentir diminuído e humilhado. Finalmente, o completo desconhecimento, com que partiu, das condições de vida e trabalho que ia encontrar colhe-o em total despreparação.[...]

[...] pois se trata de massa humana diferente da de Angola e Moçambique. É preferível alojá-los em casas independentes, com um terreno anexo para cultura hortícola, em que o rural cabo-verdiano é exímio. Deve-lhes ser fornecida a dieta em géneros, o que não é difícil, porque a vida tornou-os sóbrios. Milho, feijão, banha, banana e mandioca, com alguma carne e peixe seco ou fresco, são para eles condimentos de uma ementa apeteçada.⁷

Pareceram-nos fulcrais esta palavras de Luís Terry—por isso a transcrição um tanto longa—, pela enorme quantidade de informações úteis que nos transmitem. É que não apenas se traça aqui o perfil do homem caboverdiano, como ainda ficamos a perceber as condições de vida que iria encontrar em S. Tomé, as razões pelas quais se sente frustrado e desconhecido, e os simples (e tão pouco exigentes, tão básicos!...) cuidados que seriam necessários para lhe garantir um mínimo de bem-estar. Mas, embora excelente o quadro pintado por Luís Terry, deveremos reforçar as tintas de um dos seus elementos: a mudança de clima. Ido de uma terra seca, onde a chuva é um bem raro e precioso, o “serviçal” caboverdiano deparava-se com um clima equatorial, de grau muito elevado de humidade permanente, o que lhe dificultava muitíssimo a adaptação física, consumindo-o de doenças—de que uma das mais graves é, como sabemos, o paludismo, de características particularmente nefastas, em S. Tomé! Essa a razão pela qual, muitas vezes, o “contratado” regressava bem doente ou, pior!, não chegava a regressar!... Notemos ainda que, ao referir-se “ao vadio e desempregado da cidade,” Luís Terry aponta-os como a maioria dos que são contratados, em Cabo Verde, para irem para S. Tomé, contrariamente ao que seria mais esperado em termos de experiência e, portanto, de rentabilidade para o trabalho exigido. Este testemunho é relevante, uma vez que nos permite deduzir que os lugares mais afectados pela saída dos seus habitantes são as cidades; logo, com toda a certeza, as cidades do Mindelo (ilha de S. Vicente) e da Praia (ilha de Santiago), as mais importantes do território insular. Por outro lado, não seria de estranhar que, de entre todas, a cidade do Mindelo fosse a que mais exportaria mão-de-obra: a ilha de S. Vicente, de todo imprópria para a agricultura, possuía, em alternativa aos terrenos aráveis, o maior porto de mar do arquipélago, o chamado Porto Grande, que, em tempos mais áureos, gerara e representara uma parcela razoável da economia insular, visto estar na rota escolhida pelos principais navios e cargueiros transatlânticos; mas, por incúria da Administração Portuguesa, este acabou por entrar em declínio, quando as rotas internacionais começaram a preferir as condições oferecidas pelos portos das Ilhas Canárias, o que deixou em grandes dificuldades, como se pode imaginar, toda uma população que gravitava em torno das actividades portuárias.

Estamos, pois, agora, na posse de um mínimo de dados históricos e sociais que nos permitem perceber as razões que terão levado os autores caboverdianos a incluir esta problemática em alguns dos seus textos. Vejamos, então, ainda que através de uma breve e incompleta panorâmica, como foi tratada pela Literatura Caboverdiana a temática do “contratado.”

Pelos textos de que dispomos, parece-nos não errar muito se dissermos que Baltazar Lopes foi o primeiro—e o único da Geração da “Claridade”—a focar esta questão em poesia, usando, portanto, o pseudónimo poético Osvaldo Alcântara. Fê-lo apenas em dois dos seus textos poéticos, que intitulou de “Panfleto” e “Romanceiro de S. Tomé.” O primeiro, datado de Junho de 1946, é o texto de abertura do volume *Cântico da Manhã Futura*—publicado em 1986, por ocasião da comemoração dos 50 anos da revista “Claridade,” e que reúne a quase totalidade da poesia deste autor.⁸ Quanto ao segundo, o longo poema dividido em 8 partes, “Romanceiro de S. Tomé”—uma “dolorosa novidade poética,” como se lhe refere Manuel Ferreira⁹—foi publicado, pela primeira vez, no n.º 8 da “Claridade,” em Maio de 1958. Do poema “Panfleto,” repescamos os seguintes versos:

[...] Só queria saber quem foi o réu desta culpa:
 vê-lo, discriminar as suas feições,
 a cor do seu cabelo, o tamanho do seu corpo;
 denunciar a desencarnação em que ele se esconde anonimamente;
 fazer dele um substantivo concreto
 que eu pudesse apreender sob a acção tumultuosa
 de todos os meus sentidos despertos;
 vê-lo, dominá-lo com a justiça implacável
 deste “gado humano” que no vapor da carreira chegou hoje de S.Tomé,
 onde em vez da horta da casa há a “roça,”
 onde a única tranquilidade consiste
 em ser accionista com palacete em Lisboa; [...]

Eis como Osvaldo Alcântara denuncia o drama da emigração para S.Tomé, opondo o “gado humano,” que o mesmo é dizer o contratado/colonizado caboverdiano, ao “accionista com palacete em Lisboa,” isto é, aos colonizadores endinheirados, proprietários das roças santomenses. No entanto, ainda assim, o sujeito de enunciação tenta buscar um culpado maior do que cada um dos indivíduos colonizadores, como se estes apenas fossem agentes de um poder superior, de um sistema de que eles mesmos não seriam os responsáveis. O poema é, pois, denunciador e acusatório, mas parece ilibar, de certa forma, cada um dos homens directamente implicados, já que a crítica recai no próprio sistema colonial, encarado, na sua globalidade, como principal réu, culpado da opressão dos homens. De seguida, transcrevemos algu-

mas passagens de um texto de Gabriel Mariano, a propósito do poema “Romanceiro de S. Tomé”:

O “Romanceiro” está estruturado em torno de três figuras, ou três símbolos: “Nicolau,” “Caim” e o “Amigo.” Nicolau é aquele que foi transformado em serviçal, em gado humano, em coisa, em mercadoria. Caim é o inimigo, o que subtraiu a Nicolau a sua liberdade essencial, o porta-voz daqueles que se opõem à libertação do homem. O Amigo, é o libertador.¹⁰

E Gabriel Mariano prossegue, citando e comentando os seguintes versos:

Vem Amigo.

Chicoteia outra vez, que faltam séculos
de séculos
para o teu reino ser achado.

Olha por Nicolau.

Os mercadores nada poderão contra ele.
Sei que a tua espada há-de fulgurar nas
batalhas necessárias
e Nicolau nunca mais voltará a ser a moeda
das riquezas de Caim.

Tal como o Apóstolo Tiago, Osvaldo Alcântara poderia dizer: “Eis que o salário dos trabalhadores que ceifaram as vossas terras, que por vós foi diminuído, clama; os clamores dos que ceifaram, entraram nos ouvidos dos Senhores dos Exércitos.” Reparem: “o oprimido é a fonte da prosperidade do opressor. O Libertador assume o oprimido: é a vanguarda consciente e organizada da legião dos oprimidos. A batalha a travar é, duplamente, necessária: necessária, por ser inevitável; necessária, por conduzir à libertação, do homem.”¹¹

Pensamos que a leitura que Gabriel Mariano propõe, destes versos de Osvaldo Alcântara, é não só interessante como acertada, respeitando, quanto a nós, as intenções de escrita do poeta visado. Mas as marcas do discurso de Gabriel Mariano transportam também um sabor ideologicamente marxista e revolucionário, que conotam a escrita literária (e não apenas a ensaística) deste autor. A verdade é que ele foi, juntamente com os seus companheiros

do “Suplemento Cultural,” um dos escritores que mais visaram o tema do ‘contratado’ na Literatura Caboverdiana. Tal facto não é de estranhar, se nos recordarmos que os anos 50 foram os que registaram uma maior fuga, enquanto último recurso de vida, de caboverdianos para S. Tomé e que 58 foi o ano em que apareceram quer o n.º único do “Suplemento Cultural” quer o n.º 8 da “Claridade,” onde, como referimos, Osvaldo Alcântara publicou o seu “Romanceiro.” Os discursos de uns e de outro são, no entanto, bem diferentes, talvez porque, na sua essência, encontramos gerações etárias e perspectivas muito distintas, bem como distintos e diferentes serão os objectivos a atingir pelos respectivos textos. Na verdade, é por um tom reivindicativo e agressivamente desafiador que os homens do “Suplemento Cultural” se investem do papel de acusadores do sistema colonial, fazendo da emigração forçada para S. Tomé a bandeira dessa luta empreendida pela independência das colónias, assim juntando a sua escrita interventiva à dos seus irmãos de letras de Angola, Guiné, Moçambique e até de S. Tomé e Príncipe.

Mas vejamos, então, como foram múltiplos os textos desta geração dedicados ao tema do contrato.

Mesmo que indirectamente, o ensaio de Onésimo Silveira “Consciencialização na Literatura Caboverdiana,” a que já fizemos referência, enquadra-se e, simultaneamente, lança as bases organizadas desta luta conjunta. Terminando com uma espécie de palavra-de-order, em maiúsculas—“*ESTA É A GERAÇÃO QUE NÃO VAI PARA PASÁRGADA.*”—, o ensaio pretende contrapor a nova geração de escritores à da “Claridade,” recusando o sonho da evasão, exigindo uma intervenção sócio-literária clara e reivindicando o estatuto de africanidade para Cabo Verde, em detrimento daquilo que Onésimo classifica como um “regionalismo europeu,” praticado pelos claridosos. Ainda que com muitas reservas face às críticas dirigidas ao movimento claridoso e, principalmente, recusando uma génese puramente africana para um povo que é comprovadamente ‘crioulo,’ não podemos deixar de reconhecer que o ensaio-manifesto demonstra, quer pela argumentação quer pelos exemplos que fornece de textos da nova geração literária, ter acontecido, em Cabo Verde, uma transformação de mentalidades e de projectos, como afirma o próprio ensaísta: “A síntese de consciencialização e a totalidade de força expressiva que Ovídio Martins encerrou em ‘Hora,’ poema formalmente tão curto, quase pirular, mostram definitiva tomada de posição e o grau de maturidade espiritual alcançado pelo grupo que caracterizamos com a expressão ‘Nova Geração.’”¹²

De Ovídio Martins, não transcreveremos o poema referido (intencionalmente escrito em crioulo!), apenas por não se enquadrar no tema do ‘contratado,’ mas falaremos de outros, onde esta problemática, por demais explorada poeticamente pelo autor, surge mais explícita. Compulsando a sua colectânea de 100 poemas, com o título *Gritarei, Berrarei, Matarei / Não Vou para Pasárgada*,¹³ facilmente nos damos conta de um conjunto de textos que, subordinados ao título “caminho da perdição,” se referem ao ‘caminho’ que leva a S. Tomé, o “caminho longe” — designação corrente em Cabo Verde e também título do primeiro poema do conjunto que mencionámos. Ei-lo:

Caminho longe...

Caminho obrigado
caminho trilhado
nos braços da fome

Caminho sem nome
caminho de mar
um violão a chorar

Caminho traidor
caminho da dor
ó lenta agonia

Caminho sem dia
caminho sem fé
Roças de S. Tomé

Caminho longe...¹⁴

Estruturado em forma de ladainha chorada, o texto é tão pungente e claro ao caracterizar esse “caminho,” que nos abstermos de mais qualquer comentário, a não ser o de chamarmos a atenção para a grafia, em maiúsculas, da palavra ‘Roças,’ o único terceiro verso de uma estrofe em que a palavra inicial aparece dessa forma. Ainda do mesmo autor, não resistimos a transcrever os primeiros versos do poema “Alerta,” dirigido a cada um dos seus conterrâneos:

Cuidado Companheiro
 não te percas nos acenos da Terra-Longe
 Terra-Longe tem roça
 Roça tem desespero
 Que as ilusões de fartura da Terra-Longe
 não prendam teus passos
 E sobretudo Companheiro sobretudo
 não deixes que te impinjam
 a mentira do contrato (...) ¹⁵

Como podemos verificar, através deste aviso directo e claro, Ovídio Martins, neste grupo de poemas (são dez ao todo¹⁶), dedica uma atenção exclusiva à emigração para as roças santomenses. Seria despropositado querer, neste espaço, dedicar a cada um deles a atenção que merece; mas ser-nos-ia impossível não realçar uma curiosa ocorrência, em dois deles¹⁷: a evocação da figura bíblica de Caim, que, como vimos, também aparece no poema “Romanceiro de S. Tomé,” de Osvaldo Alcântara. Ou é pura coincidência (justificada pela cultura religiosa que quase todo o caboverdiano da época possuía) ou, melhor ainda, trata-se de uma espécie de influência de uma linha simbólica que, usada por Osvaldo Alcântara, Ovídio Martins terá decidido convocar também, e no mesmo sentido, para o tratamento da problemática comum.

Continuando a nossa visão panorâmica, pelo menos também três poemas de Onésimo Silveira são dedicados a este tema: “Poema,” “Regresso” e “Ausência”¹⁸; o mesmo Onésimo da Silveira transcreve—no ensaio várias vezes referido—um poema de Terêncio Anahory, também intitulado “Regresso” (que nos pinta o “retorno desejado” do contratado, a quem o sujeito de enunciação se dirige: (...) Vou contar-te histórias/ para embalar o teu sono/ Afugentar do teu pensamento// Roças, secas, sol ardente,/ Fuba,/ Terra-longe!“); e, para terminar, falaremos de um outro cultor desta temática, tanto na poesia como em textos narrativos: Gabriel Mariano. Começemos pela poesia.

Na antologia poética *Ladeira Grande*,¹⁹ seis dos poemas aludem ao fenómeno do contrato. Um deles é “Carta de longe,” de que já transcrevemos algumas passagens, e que foca a emigração generalizada do caboverdiano, mencionando também, como verificámos, a partida para S. Tomé. Dos restantes, aqui se reproduzem alguns excertos:

“(...) Eles já chegaram. / Gerente,/ tesoureiro, / guarda-livros. // Os traidores foram recrutados / e tudo se perfez com segurança. / Compraram servi-

çais venderam serviçais / e a morte definiu / de novo seu caminho. (...)” - “Denúncia elementar” ; “ (...) Se sabedes do contratado/ nas roças de São Tomé/ aideus aiué// Nas roças de São Tomé/ que é já o prazo saído/ aideus aiué// Que é já o prazo saído/ que é já o choro chorado/ aideus aiué (...)” - “Chorar de amigo” (que, como se constata, parodia, quer pelo título quer pela estrutura escolhida, as “cantigas de amigo”—composições medievais portuguesas) ; “ (...) Se boi cantasse, ó comprador de serviçais,/ seria tranquila a tua consciência/ e sereno o sono futuro dos teus filhos..// Se boi cantasse, ó nosso amigo,/ seria sem perigos/ o canto dos serviçais./ Incómodo já não seria/ o canto dos serviçais./ Molemente acabaria/ o canto dos serviçais (...)” - “Boi não canta” (de tom sarcástico e ironicamente acusador) ; “Serviçal de roça/ Caboverde é longe (...) Serviçal de roça enrocada,/ equador é onde/ tua dor ecoa. // De noite alguém chora.// Choro de noite é caminho.” — “De noite alguém chora ; “Caminho/ caminho longe/ ladeira de São-Tomé/ Devia ser de regresso/ devia ser e não é.” — “Caminho longe” (a tónica deste texto recai, como vemos pela transcrição da última estrofe, na dor dos que acabam por não regressar à sua terra).

Se, a estes poemas incluídos em *Ladeira Grande*, juntarmos outros dois sobre o mesmo tema, coligidos por Mário de Andrade²⁰—“Poema do serviçal” (onde estão patentes muitas semelhanças com o poema “Monangamba,” do angolano António Jacinto) e “Comissário ad hoc” (“Capataz de escravos/ é o que tu és meu irmão comissário(...),” poema visando os angariadores de contratados e, por isso, de teor idêntico ao já citado “Boi não canta”)—, ficaremos com uma ideia aproximada acerca da importância que o Gabriel Mariano-poeta atribuiu a esta problemática.

Contudo, e finalizando esta nossa abordagem, falta ainda referir a presença deste tema na prosa do Gabriel Mariano-narrador. Reportamo-nos, é claro, aos seus contos “Caduca” e “Vida e morte de João Cabafume” (título este que dá nome à antologia que reúne 9 contos do autor²¹). As personagens Caduca e João Cabafume—cada uma delas personagem principal, no conto respectivo que inspira—têm alguns aspectos em comum: masculinas, vivendo na cidade do Mindelo, ambas se recusam a aceitar a contratação para S. Tomé como resolução das suas imensas dificuldades de vida. Aparentemente mais manso e despreparado do que João Cabafume, Caduca, que nem casa tem e dorme na areia da praia, abrigado debaixo de um bote, mantém com nhô Crisóstomo, outra personagem da história, dois diálogos interessantíssimos em que, usando uma argumentação quase infantil, chega à conclusão de que

“Deus é mau,” porque não manda chuva e tira os vapores da baía, fontes imprescindíveis de sobrevivência. As respostas de Nhô Crisóstomo, todavia, deixam-no a pensar:

(...) que é que Caduca vai fazer? E os outros? Que é que os outros vão fazer? Que vão fazer os roçegadores de carvão? E os catraeiros sem bote? E as carregadoras do vais, e as meninas-de-vida? (...) Caduca pensa que ir para o Sul é apenas trocar a hora da morte. (...) Como é que não tem que fazer? Questão era ter chuva e vapor na baía? Se nunca mais cair um pingo de chuva? Se um dia vapor deixar baía para sempre? Que é que Caduca vai fazer? Que é que todos vão fazer? Nhô Crisóstomo falou que não tem trabalho. Por isso todo o mundo deu nome e vai para o Sul. Mas se ninguém saísse? Se todos de repente resolvessem ficar? Questão é fincar pé e pedir trabalho. Mas nhô Crisóstomo falou que não tem trabalho. Questão era fincar pé. Quem é doido? Caduca é doido porque Caduca não vai. Os outros são sabidos porque deram nome no escritório e vão para o Sul.

Como percebemos, é do problema crucial da sobrevivência dos habitantes mais simples e pobres da cidade do Mindelo que o autor nos quer falar. Por isso, as dificuldades são enumeradas; por isso, as perguntas constantemente se repetem e enovelam, num discurso que, propositadamente, confundem ou fazem coincidir o pensamento de Caduca com questões directas que o narrador coloca aos leitores; por isso, a única saída parece ser “ir para o Sul,” embarcar para as roças de S. Tomé. Mas Caduca, embora um tanto ingénuo, acaba por concluir o mesmo que os homens da Geração do seu narrador: ir para o Sul é “apenas trocar a hora da morte,” não é solução; é preciso ficar na terra, revolucionar mentalidades, exigir investimentos e, portanto, trabalho. Eis, por conseguinte, a grande mensagem deste lindíssimo conto, não muito diferente da que nos é transmitida pelo outro, *Vida e morte de João Cabafume*, em que a personagem principal também recusa a ida para o contrato.

Para resumirmos esta outra história, repetiremos aqui o que já escrevemos, quando elaborámos a “Introdução” que prefacia o volume de contos:

Desafiador incansável do destino que “queria matá-lo de fome,” João Cabafume que “não aceitava desaforo de ninguém. Nem de preto nem de branco. Nem de pobre nem de rico,” altivo, de temperamento primário, cioso da sua liberdade, morreu “no meio da baía numa noite de lua cheia” quando fazia contrabando, depois de ter escapado ao contrato que o enviaria para as roças de S. Tomé, de ter

recusado a esmola de comida de D. Maninha e de ter abandonado, de forma violenta, o emprego na loja do Sr. Varanda. Lutou para sobreviver mas não foi subserviente. E enganou o destino, porque não morreu de fome.”

Mas reparemos como nos é narrado o episódio em que João recusa o contrato:

(...) Albergue estava cheio. Aqueles pobres de Cristo ouviam, calados, a fala do Sr. Administrador:

— Porque é que não procuram que fazer?

— Dondê trabalho, Sr. Administrador? Porquê que o senhor não mande abrir trabalho?

Sr. Administrador olhou para João Cabafume mas não respondeu. Continuou a falar. Depois tirou da pasta uns papéis castanhos.

— Vocês têm de assinar isto se querem sair. Depois vão ter com o senhor Nogueira. No escritório da casa Gomes...

Todos botaram assinatura e saíram. Todos foram ter de Sr. Nogueira no escritório da casa Gomes. Ele andava catando gente. Por cada cabeça recebia cem escudos. Contou os homens que estavam na sua frente. O Administrador era homem de palavra. Depois falou com eles. Cada um ia receber, adiantado, setenta e cinco escudos. Tirou as notas do cofre. No dia 30 seguiriam no vapor da carreira. Setenta e cinco escudos para quem não tem pão certo é muita coisa. Só João Cabafume não recebeu.(...) Quando Sr. Administrador o chamou no seu gabinete ele disse que ninguém o podia obrigar. Sr. Administrador falou: tu assinaste contrato. João Cabafume respondeu: assinei contrato para sair do albergue. Sr. Administrador gritou: tu tens de ir. João Cabafume abriu a boca: não vou. (...) João Cabafume arrebitou-lhe a boca com duas palmadas na cara!

Eis como alguns caboverdianos—os tais “vadios e desempregados” de que fala Luís Terry—eram arrastados para o ‘contrato’ e como alguns, à imagem de João Cabafume, conseguiam escapar-lhe.

Com a abordagem destes dois contos de Gabriel Mariano, chegámos à recta final do que nos propusemos elaborar: contextualizando-a no quadro sócio-económico do arquipélago, esboçámos um panorama geral da importância e do tratamento literário que a existência do regime do contrato suscitou em Cabo Verde.

Notas

¹ Dizendo de outro modo, “a preocupação essencial residia na análise do processo de formação social do arquipélago e no estudo das suas raízes” IN Andrade, Mário de, “Prefácio,” *Antologia Temática de Poesia Africana*, vol. I, 2ª ed (Lisboa: Sá da Costa, 1976) 5.

² IN *Colóquios Cabo-Verdianos* (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1959) 97-113.

³ Neste ensaio, publicado pela CEI em 1963, Onésimo Silveira dirige um violento ataque aos ‘Claridosos,’ por não terem patenteado, nos respectivos textos, uma análise séria dos problemas que afectavam a sociedade caboverdiana, acusando-os de cultivarem literariamente o que designou por “regionalismo europeu.” Referindo-se especificamente à abordagem que fizeram do drama da evasão, diz, a determinada altura: acabaram por simplificar, arbitrariamente, este complexo problema e por oferecer uma imagem estereotipada do homem caboverdiano, renunciando conscientemente a buscar as raízes psicológicas e sociais do facto emigratório. (10) Mais adiante, distingue, então, o romance *Chuva Braba*, que apelida de romance de intenção social clara, tanto pelo criticismo pertinente à sociedade santantonense, como pela luz que seu epílogo traz à decantada questão evasionista. Esta é pela primeira vez posta, não como uma fatalidade e sim como uma razão forte, deparada a certa altura do processo geo-social do ilhéu, traduzindo uma situação cuja gravidade os outros escritores deformaram, pela implícita solicitação de fuga às raízes do problema emigratório. (14)

⁴ O 2º número, pronto a sair, viria a ser proibido pela Censura.

⁵ A anterior havia sido no século XVII, com a cultura da cana-de-açúcar, que veio a decair quando o Brasil se transformou num dos seus maiores produtores.

⁶ Referimo-nos a *S. Tomé e Príncipe: do colonialismo à independência* (Lisboa: Moraes Editores, 1975). Na obra citada se transcreve, na pág. 38, a Portaria Colonial n.º 51, de 9-6-1928, que diz especificamente respeito “aos trabalhadores oriundos da Colónia de Cabo Verde.”

⁷ Op. cit. 110-111. Ainda sobre as diferenças do trabalhador caboverdiano face aos oriundos das outras colónias africanas, assim como ao tratamento particular que lhe deveria ser proporcionado, aconselhamos vivamente a leitura das páginas 55-58 do livro, já referido, de Carlos Benigno da Cruz. Nessas páginas se faz a transcrição de uma Circular da “Sociedade de Emigração para S. Tomé e Príncipe,” datada de Novembro de 1954, onde aparecem “recomendações quanto ao tratamento a dar aos trabalhadores daquela Província,” pelo Agente Geral em Cabo Verde (texto em perfeita consonância com as opiniões e conselhos de Luís Terry). Do mesmo livro de Benigno da Cruz, deixamos aqui transcrita uma nota de rodapé da pág.23, que nos parece elucidativa acerca do número de trabalhadores ‘importad’ para o serviço das roças: “Em 1956, por exemplo, havia nas roças de S. Tomé 9680 angolanos, 6320 caboverdianos e 4910 moçambicanos, em regime de trabalho forçado.” Note-se, dadas as proporções dos respectivos territórios de origem, o peso que significaria, para Cabo Verde, a saída de um tão grande número de emigrantes com destino a S. Tomé.

⁸ No número especial da revista “Claridade” de 1986—editado na cidade da Praia pelo ICLD—, que constitui uma “Publicação Comemorativa do Cinquentenário de ‘Claridade,’” aparece um artigo do escritor Arnaldo França, organizador da colectânea poética de Osvaldo Alcântara, que, intitulado ‘Cântico da manhã futura—comentários,’ presta alguns esclarecimentos acerca dos poemas nela incluídos, um dos quais relativos a edições anteriores de cada um deles, quando não se trate de poemas até então inéditos. Como não se indica nenhuma outra publicação do poema “Panfleto,” estamos em crer que este será um dos editados pela primeira vez em *Cântico da manhã futura*, aparecendo entre parêntesis—na colectânea—aquela que terá sido a data da sua escrita: Junho de 1946.

⁹ Cf. Ferreira, Manuel, *A Aventura Crioula*, 2.ª edição (aumentada) (Lisboa: Plátano

Editora, 1973) 272.

¹⁰ Mariano, Gabriel, “Osvaldo Alcântara — o caçador de heranças ou inquietação social,” IN *Cultura Caboverdeana (ensaio)*, Lisboa: Vega Ed., 1991) 176.

¹¹ op. cit.

¹² Op. cit. 30.

¹³ Embora saibamos ter sido publicada, pela 1.^a vez, em Roterdão, em 1973, referiremos sempre as páginas da 2.^a edição, publicada no Mindelo, S. Vicente, pelo Instituto de Promoção Cultural, em 1998, de que possuímos um exemplar.

¹⁴ Op. cit. 49.

¹⁵ op. cit. 50.

¹⁶ São eles, pela ordem em que figuram no livro: “caminho longe,” “alerta,” “serviçal,” “consolação,” “canta amigo,” “volarás serviçal,” “a noite de s. tomé,” “emigração,” “aviso” e “queixume.”

¹⁷ Referimo-nos aos textos intitulados “volarás serviçal” e “a noite de s. tomé.”

¹⁸ Deles tivemos conhecimento através de Mário de Andrade, que os coligiu para a sua *Antologia Temática de Poesia Africana*, op. cit.

¹⁹ Mariano, Gabriel, *Ladeira Grande (Antologia poética)* (Lisboa: Vega Ed., 1993).

²⁰ IN *Antologia Temática de Poesia Africana*, op. cit.

²¹ Mariano, Gabriel, *Vida e Morte de João Cabafume* (Lisboa: Vega Ed., s.d.) [1989].

Obras Citadas

Alcântara, Osvaldo. *Cântico da Manhã Futura*. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro, 1986.

Andrade, Mário de. *Antologia Temática de Poesia Africana*. Lisboa: Sá da Costa, 2.^a ed, 1977.

Barbosa, Jorge. *Arquipélago*. S. Vicente: Ed. ‘Claridade,’ 1935.

“Claridade.” edição facsimilada dos 9 números da revista. Lisboa: ALAC, 1986.

“Claridade.” (Publicação Comemorativa do Cinquentenário). Praia: ICLD, 1986.

Cruz, Carlos Benigno da. *S. Tomé e Príncipe: do colonialismo à Independência*. Lisboa: Moraes Editores, 1975.

Ferreira, Manuel. *A Aventura Crioula*. Lisboa: Plátano Ed., 2.^a ed. (aumentada), 1973.

_____. *No Reino de Caliban*. vol. I, Lisboa: Seara Nova, 1975.

_____. *50 Poetas Africanos*. Lisboa: Plátano Editora, 1989.

_____. Moser, Gerald. *Bibliografia das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: INCM, 1983.

Lopes, Manuel. *Chuva Braba*. Lisboa: Edições 70, 1982.

Mariano, Gabriel. *Cultura Caboverdeana (Ensaio)*. Lisboa: Vega, 1991.

_____. *Ladeira Grande (Antologia Poética)*. Lisboa: Vega, 1993

_____. *Vida e Morte de João Cabafume*. Lisboa: Vega, s.d. [1989].

Martins, Ovídio. *Gritarei, Berrarei, Matarei! Não vou para Pasárgada*. Mindelo: Instituto de Promoção Cultural, 1998.

Pacheco, Maria Cristina. “Introdução.” *Vida e Morte de João Cabafume*. Lisboa: Vega, s.d. [1989].

Silveira, Onésimo. *Consciencialização na Literatura Caboverdiana*. Lisboa: CEI, 1963.

Terry, Luís. "O problema da emigração cabo-verdiana." *Colóquios Cabo-Verdianos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1959.

Maria Cristina Pacheco é docente de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa na Universidade do Porto e membro fundador do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Tem um Mestrado com uma tese sobre Tomaz Vieira da Cruz e está na fase final de doutoramento. Entre outros artigos, publicou: "Estruturas narrativas na poesia de Agostinho Neto, António Jacinto e Viriato da Cruz," em *A Voz Igual—Ensaio sobre Agostinho Neto* (Porto: Fund. Eng.º António de Almeida, 1989); "Prefácio" do volume de contos de Gabriel Mariano, *Vida e Morte de João Cabafume* (Lisboa: Vega Ed., Coleção 'Palavra Africana,' n.º 1, s.d. [1989]); "Tempo de memória de tempos (uma leitura da poesia de Manuel Rui)," em Suplemento Vida & Cultura do "Jornal de Angola," 11 de Fevereiro de 1996; "Humanismo nas primeiras gerações literárias dos Países Africanos de Língua Portuguesa," em Actas do Congresso "L'Umanesimo Latino e l'Umanesimo Africano," realizado na cidade da Praia, Cabo Verde, em Janeiro de 2000. E-mail: crispacheco@clix.pt ou crispacheco@netcabo.pt